

O CRISTIANISMO NO JAPÃO: DO PROSELITISMO JESUÍTA À EXPULSÃO DA IGREJA

YURI SÓCRATES SALEH HICHMEH*

O primeiro contato entre os japoneses e os navegadores lusos se deu, segundo a historiografia e fontes japonesas, em 1543, na ilha de Tanegashima, ao sul do Japão. Em 1606 o monge zen budista Nampo Bunshi escreveu, em memória do senhor de Tanegashima que:

Durante a era Temmon [1532 – 1554], no dia 25 do oitavo mês do ano da Água e da Lebre [1543], surgiu um grande navio em nossa costa oeste. Ninguém sabia de onde havia vindo. Carregava uma tripulação de mais de cem homens que tinham características físicas distintas das nossas, e de fala incompreensível, de modo que todos que os vissem os julgaram suspeitos. (BUNSHI. In.: TSUNODA, 1958: 309)

O monge se referia aí aos navegadores portugueses, explicando na sequência que os primeiros contatos entre os dois povos ocorreram por intermédio de um magistrado chinês que estava à bordo da embarcação lusa. Com o desenrolar do documento, percebemos que os primeiros contatos entre os povos foram aparentemente amigáveis, contando com a curiosidade mútua e a troca de presentes. Um artigo em especial, levado pelos portugueses, chamou a atenção dos japoneses: a arma de fogo, cuja apresentação foi descrita por Nampo Bunshi:

Existem dois líderes entre os comerciantes, um chamado Murashusa e outro Cristiano Mota. Carregavam em suas mãos algo de dois ou três pés, reto, com uma passagem interna, e feito de material pesado. A passagem interna percorre toda a sua extensão e é fechado ao final. Ao lado, há um orifício que é caminho para o fogo. Não se parece com nada que eu conheça. Para usá-lo, encha com pólvora e pequenas bolinhas de chumbo. Coloque um pequeno alvo branco em uma ladeira. Segure o objeto em suas mãos, componha-o ao seu corpo, e, fechando um olho, coloque fogo na abertura. E a bolinha atinge o alvo diretamente. A explosão é como um raio e o barulho semelhante ao trovão. Observadores devem tapar os ouvidos. (BUNSHI. In.: TSUNODA, 1958: 310)

A descrição é ainda condizente com o relato do navegador português Fernão Mendes Pinto acerca dos primeiros contatos luso-nipônicos, que descreve de forma semelhante a apresentação das armas de fogo aos japoneses. O documento de Nampo Bunshi continua falando do interesse japonês pelas armas de fogo, atribuindo a difusão destes equipamentos

pelo arquipélago ao senhor Tokitaka, antigo *daimyo*¹ da província que recepcionou os portugueses. Através de tal documento, pode-se perceber a enorme importância dada às armas de fogo por parte dos japoneses, o que tinha uma razão bastante objetiva de ser.

Desde finais do século XV o Japão vivia um período de guerra civil, intitulado de *Sengoku Jidai*², ou “período dos estados em guerra”, que se iniciou por conta da fraqueza do poder central da época, o *Bakufu*³ Ashikaga, em dar coesão e união entre os inúmeros poderes locais e suas respectivas forças militares, o que resultou na violenta disputa entre os *daimyo* pelos poderes político e militar. A figura do Imperador do Japão, à época, detinha um poder meramente simbólico no arquipélago, sendo tido, desde o século XII como uma autoridade religiosa e principal ícone do *Shinto*⁴.

Em meio a este contexto de guerra, a chegada dos portugueses, em suas naus repletas de artigos vindos do Ocidente e de outras localidades, podia significar para muitos senhores locais um aprimoramento de técnicas militares, aderindo novas tecnologias e superando as forças inimigas. Sendo assim, como nos mostra João Paulo de Oliveira e Costa, muitos *daimyo* permitiriam e facilitariam a entrada de portugueses em seus domínios, ao longo do século XVI, abrindo seus portos aos navios lusos e ofertando suas mercadorias e metais, como a prata, como moeda de troca (COSTA, 1995: 199-211).

Os contatos luso-nipônicos, entretanto, não permaneceriam pacíficos e amistosos por muito tempo, como sugeriam suas primeiras narrativas, pois outro elemento, além das trocas comerciais, seria inserido e tomaria o foco destas relações: o Cristianismo, levado ao arquipélago em 1549 pelo padre Francisco Xavier, inaugurando o chamado “século cristão do Japão” (BOXER, 1951). O período delimitado entre a chegada da Companhia de Jesus e o ano de 1639, que marcou o encerramento oficial da missão jesuíta e da presença portuguesa no

* Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (REUNI).

¹ O termo 大名 (lê-se *daimyou*, facilitando a pronúncia, apenas *daimyo*) significa literalmente “Grande nome”, referindo-se àqueles que detinham poder e influência sobre parte do território japonês. Por vezes, os *daimyo* eram *samurai*, soldados de elite.

² 戦国時代, lê-se *Sengoku-Jidai*. É o nome dado ao período da História do Japão em que o território encontrava-se dividido entre *daimyo* (explicação a seguir). O primeiro ideograma (戦) refere-se literalmente a guerra; o segundo (国) a país; o terceiro e o quarto ideogramas (時代) referem-se, juntos a época ou período.

³ 幕府, lê-se *Bakufu*. É o nome dado ao regime político durou de 1192 até o ano 1868, em que o poder *de facto* do Japão foi exercido por uma figura a parte do Imperador, que passou a deter um poder espiritual, ligado às religiões japonesas.

⁴ 神道, lê-se *Shintou*. É a religião folclórica japonesa, remetendo aos primeiros reinos conhecidos do Japão, consistindo em um culto aos antepassados e a divindades que representam as forças da natureza.

Japão, foi marcado por três momentos distintos: o sucesso do proselitismo jesuíta, o questionamento dos japoneses quanto à nova Fé e, por fim, a perseguição aos cristãos.

Desde o início dos anos cinquenta do século XVI que os jesuítas passaram a se dedicar com avidez à conversão do povo nipônico. As primeiras campanhas jesuítas se deram na região sul do Japão, em Kyushu. O sucesso que viriam a ter ao longo das próximas décadas pode ser atribuído principalmente a dois fatores: a situação política do Japão, de descentralização do poder, e a abordagem dos missionários sobre o povo japonês, utilizando-se da sua rígida hierarquia social para converter o maior número possível de pessoas.

Desde a sua chegada ao arquipélago, os padres jesuítas foram bastante estimados pelo povo japonês, pois, em comparação aos navegadores e comerciantes com quem tinham contato, os representantes da Companhia de Jesus eram bastante educados, asseados e cultos, mostrando-se interessados pela cultura nipônica, suas tradições e idioma, o que os tornaria o principal intermédio entre habitantes e navegadores. Este grande interesse no *outro*, entretanto, não era gratuito, constituindo parte da metodologia jesuíta de abordagem e conversão: conhecer e compreender as estruturas sociais e as práticas religiosas do seu objeto, aproximando-se dele e facilitando o processo de missionação.

Tendo em vista a estrutura social japonesa, rigidamente hierarquizada, na qual, à época do *Sengoku Jidai*, a autoridade de uma região era o seu *daimyo* e sua família, os jesuítas viriam a empreender seu proselitismo como foco nas elites dominantes. Uma vez conversa a autoridade de uma dada província, a porta para o batismo em massa estaria aberta, uma vez que todos sob a proteção de um *daimyo* deveriam praticar a sua religião. Conforme nos mostra a historiadora portuguesa Madalena Ribeiro, muitos foram os casos de sucesso, na região de Kyushu, por parte da Companhia de Jesus, que foi capaz de converter e batizar diversas famílias política e militarmente influentes no arquipélago (RIBEIRO, 2006: 65-80). Entre as décadas de cinquenta e oitenta do século XVI, o sucesso do proselitismo jesuíta na região de Kyushu, especialmente, e de Kanto (centro do Japão) ocorreu a passos largos, alcançando, segundo Elisonas, aproximadamente 150 mil conversos por volta de 1582 (ELISONAS, 2006: 132).

Um grande número de conversos, entretanto, não significava um avanço da Fé Cristã ou de suas práticas e ritos. O sucesso do proselitismo jesuíta, como dissemos, estava intimamente relacionado ao contexto de descentralização do poder político e militar do

arquipélago, estimulando a guerra civil entre as diversas províncias. Para a maioria dos *daimyo* conversos ao longo do século XVI, ser batizado, aderir a um nome cristão e praticar, aparentemente, o Catolicismo não passava de uma estratégia para intensificar os contatos com os navegadores lusos, recebendo em seus portos o *kurofune*⁵ e tendo acesso a tecnologias e armamentos ocidentais, o que os distinguiria em meio ao contexto de guerra em que viviam.

Em suma, pode-se atribuir o considerável avanço da missão católica no Japão ao contexto em que os jesuítas chegaram ao arquipélago. Grande parte dos milhares de conversos pouco conhecia acerca das escrituras sagradas ou dos ritos católicos, o que contribuiu para o sincretismo religioso, unindo práticas e crenças católicas a aspectos budistas ou *Shinto*. Da mesma forma que o *Sengoku Jidai* proporcionou um terreno fértil para a expansão do Cristianismo em diversas regiões do Japão, este instável contexto de guerra viria a podar os avanços da missão jesuíta em curtos espaços de tempo. Um exemplo disso é a grande mudança dos ares da missão jesuíta entre as décadas de oitenta e noventa do século XVI.

Quando Alessandro Valignano, um dos principais responsáveis pela missão no Japão, deixou o arquipélago em 1582, o cenário era favorável à ação jesuíta: Nagasaki estava sob administração da Companhia de Jesus, o número de fiéis, como dissemos, passava da centena de milhar e havia um grande número de igrejas espelhadas por Kyushu e parte de Kanto. Os jesuítas, à época, detinham respeito dentre diversas autoridades e entre as camadas mais baixas da sociedade japonesa. Em julho de 1590, no entanto, ao retornar ao Japão, Valignano encontrou um contexto bastante diferente daquele que havia visto há quase dez anos: “o *daimyo* Oda Nobunaga, que havia permitido a entrada e ação jesuítica, estava morto; Nagasaki não era mais uma colônia jesuíta” (ELISONAS, 2006: 132).

A partir deste quadro, a missão jesuíta entraria no seu segundo momento, em que as autoridades do Japão passariam a questionar a presença dos jesuítas e, especialmente, suas atitudes quanto às tradições japonesas. Uma causa dessa mudança na postura de muitos *daimyo* quanto à presença e ação dos jesuítas foi o caminho trilhado rumo à unificação do arquipélago, que levaria o *Sengoku Jidai* a um fim no início do século XVII. Após a morte de Oda Nobunaga, o *daimyo* Toyotomi Hideyoshi ascendia como principal aspirante à posição de

⁵ 黒船, lê-se *kurofune*. Significa literalmente “navio preto”, nome dado pelos japoneses às embarcações portuguesas.

*Shogun*⁶, não demorando para questionar a presença da Companhia de Jesus em suas terras, o que resultaria em um primeiro édito de expulsão dos jesuítas.

Hideyoshi tinha por objetivo principal a unificação do Japão sob o seu comando e, para tanto, intensificou alianças com poderosos *daimyo*, a fim de suprimir sua oposição. Um aspecto em particular do Cristianismo contrastaria com as ambições do líder militar: poderiam os cristãos ser leais ao estado japonês (*Shogun* e Imperador), levando em conta a lealdade exclusiva que deveriam ter a Deus, segundo o Primeiro Mandamento? Esta pergunta, que vinha sendo trabalhada por jesuítas e, principalmente, pelo proeminente padre japonês Fabian Fukan, instigaria o ceticismo das autoridades japonesas em finais do século XVI e, principalmente, após a unificação do Japão em 1600. A postura muitas vezes agressiva da Companhia de Jesus, demolindo templos budistas e *Shinto*, ou transformando-os em igrejas, também contribuiu para o descontentamento de muitos *daimyo* quanto às crenças e práticas europeias introduzidas e difundidas no arquipélago. Tendo em mente estes fatores, em 1587 foi promulgado o édito de Hakata, por Toyotomi Hideyoshi, que escreveu:

O Japão é a Terra dos Deuses. Que uma doutrina perniciosa seja difundida pelo País Cristão por aqui é algo que não desejamos.

Abordar as pessoas de nossas províncias e distritos, tornando-as cristãs e destruindo os templos dos deuses e os templos dos Budas é algo desconhecido em nosso passado. Enquanto províncias, distritos e feudos são concedidos temporariamente aos seus destinatários, (...), confundir a fé das pessoas é algo miserável.

(...) É porque os padres juntam grande número de paróquias como bem entendem, por meio da sua inteligente doutrina, que a Lei dos Budas está sendo destruída nos Recintos do Sol. Sendo isto miserável, não será permitido que os padres permaneçam em solo japonês. Em vinte dias a partir de hoje eles deverão se preparar para voltar ao seu país.

O propósito do kurofune é o comércio, o que é uma questão diferente. Ao longo dos anos e meses, o comércio continuará em todos os âmbitos.

A partir de agora, todos aqueles que não perturbarem a Lei dos Budas (mercadores, é claro, e quaisquer outras pessoas) são livres para vir do País Cristão e retornar. Sejam cautelosos.

Isto é tudo.

⁶ O título de líder político e militar do Japão era 征夷大將軍 (lê-se *Seii-Tai-Shogun*). Historicamente o termo foi abreviado apenas para 將軍 (*Shogun*, para facilitar a pronúncia, utiliza-se corriqueiramente *Shogun*).

Tensho 15 VI 19 [24 de julho de 1587]. (HIDEYOSHI. In.: BARY, 2006: 145-146)

Este édito, apesar de não ter sido cumprido à risca e não apresentado uma ameaça real à Companhia de Jesus e, muito menos, aos navegadores lusos, marcou o início da contestação japonesa ao Cristianismo. O motivo principal do não cumprimento deste édito foi o fato de o Japão ainda não estar unificado sob uma única autoridade política e militar, apesar do prestígio detido no momento pelo *daimyo* Toyotomi Hideyoshi. Sua maior preocupação, bem como a de seus aliados, era a pacificação e centralização do poder *de facto*, seguida pelas campanhas de expansão sobre a península coreana. Apesar de o documento apresentado acima não ter significado a ruptura dos laços luso-nipônicos, os germes que alimentariam a perseguição ao Cristianismo estavam lançados e não demoraria para que os padres jesuítas fossem considerados inimigos da Terra do Sol Nascente.

No documento de Hideyoshi, vemos claramente que a oposição do *daimyo* se limita à missão, o que, aos olhos do autor, não deveria, nem precisaria, afetar as ricas trocas comerciais que haviam sido estabelecidas entre os povos. Apesar de não ter sido iniciada uma caça aos padres jesuítas à época deste decreto, a cristandade no Japão sofreria a partir daí um severo golpe por conta da exigência do prestigiado *daimyo* de que todos os *daimyo* cristãos renunciassem à Fé Católica, não dando abrigo aos jesuítas e obrigando seus súditos a retornarem às antigas práticas e cultos religiosos. Sendo assim, se até a década de oitenta do século XVI o número de cristãos em solo japonês estava crescendo consideravelmente, a partir do primeiro édito de proibição do Cristianismo este número, pelo menos, estagnou.

Através do decreto de Hideyoshi, fica claro que o maior ponto de contestação quanto ao Cristianismo era o caráter exclusivista dos seus ritos e práticas, o que era visto como agressividade por parte das lideranças japonesas. Muitas igrejas foram demolidas nos anos subsequentes ao édito, em resposta positiva à exigência de Hideyoshi quanto ao abandono da Fé Católica por parte dos *daimyo* conversos. Alguns destes, entretanto, em respeito aos anos de amizade com os membros da Companhia de Jesus, ou por devoção religiosa ao Cristianismo, permaneceram cristãos ou, pelo menos, concederam abrigo a diversos jesuítas, o que, mais tarde, colocá-los-ia como inimigos ou traidores do emergente poder central, segundo Madalena Ribeiro (RIBEIRO, 2006: 113-140).

A importância dada pela Companhia de Jesus à missão no Japão era clara, tendo sido reafirmada em diversos documentos, em especial cartas de jesuítas. No sexto capítulo do

Sumário das Coisas do Japão, intitulado “Da importância deste empreendimento e do grande benefício ganho e ainda por ser ganho no Japão”, Alessandro Valignano começa dizendo que:

Este empreendimento do Japão é sem dúvidas o mais importante e benéfico de todos os realizados nas partes orientais e, talvez em todos os descobrimentos, por muitas razões.

A primeira é que o Japão é um território muito grande, que compreende sessenta e seis reinos, todos habitados por um povo branco, que se distingue por grande polidez, prudência, inteligência e completamente sujeitos à razão. Levando isso em conta, como a experiência já mostrou, uma grande colheita pode ser esperada por aqui.

A segunda razão é que após toda a observação que fizemos, entre todas estas gentes orientais, somente os japoneses são inclinados a se tornar cristãos por livre e espontânea vontade, convictos pela razão e pelo desejo de serem salvos. (...)

A terceira razão é que no Japão, diferentemente do resto do Oriente, não apenas as camadas baixas e humildes se tornam cristãs. Nobres, grandes senhores e até mesmo reis também se submetem espontaneamente às nossas leis sagradas. (...).
(VALIGNANO. In.: BARY, 2006: 136-138).

O documento de Valignano enumera e descreve outras sete razões pelas quais a missão no Japão deve continuar e ser estimulada pela Companhia. A admiração do padre é nítida quanto à postura e organização social japonesa, reconhecendo todos os esforços empreendidos até então na conversão destes “brancos da Ásia” e não deixando esconder a preocupação quanto ao futuro da missão. Sendo assim, analisando este documento em oposição ao de Hideyoshi, somos capazes de compreender mais claramente o significado por trás da expressão “o século cristão do Japão”. Tanto para europeus quanto para japoneses a presença e a difusão do Cristianismo foi notória, trazendo consequências visíveis e palpáveis para ambos os lados. Por um lado, vemos a preocupação da Companhia de Jesus para com a manutenção e ampliação do número de conversos que haviam conseguido até então; por outro, a preocupação japonesa quanto ao impacto que a Fé Católica estava tendo sobre as tradições e poderia ter sobre o seu contexto político, uma vez que em diversas ocasiões padres jesuítas influenciaram no estabelecimento ou rompimento de alianças entre poderosas famílias no arquipélago.

O que tentamos mostrar até aqui é que a penetração da Igreja Católica no Japão não se deu de forma imediata e, ao mesmo tempo, respeitando a conjuntura política e religiosa do Japão daquele período, mas, pelo contrário, ocorreu ao longo de várias décadas, tendo muitas

vezes esbarrado nos interesses de líderes militares, poderosos representantes de classes guerreiras, e contrastado também ideologicamente com a estrutura política do *Bakufu* e Império.

Apesar da tentativa de líderes como Hideyoshi de tentar separar a esfera religiosa da esfera comercial, no tocante aos contatos luso-nipônicos, o que sucedeu na prática foi o desrespeito ao seu édito, uma vez que, junto às trocas comerciais, ainda entravam no território japonês missionários e livros religiosos. O poder político do Japão, que centralizava-se aos poucos, não atacou ferozmente esta prática por depender dos portugueses quanto à aquisição de produtos de fora, o que mostra que o comércio era, próximo a 1600, o único sustentáculo entre os dois povos, o que viria a mudar no início do século XVII, com a conclusão do processo de unificação e o avanço de um grande concorrente de Portugal nos mares do Japão: os holandeses.

O autor do primeiro édito de proibição do Cristianismo no Japão, Toyotomi Hideyoshi, morreu em finais do século XVI, ficando o poder nas mãos de Tokugawa Ieyasu, o último nome responsável pela unificação do Japão. Após a batalha de Sekigahara, 1600, o novo *Shogun* estava livre de qualquer oposição significativa ao seu poder, iniciando o período da História do Japão conhecido como Era Tokugawa ou Era Edo, que duraria até 1868 (MORTON, 1994: 240). Após a pacificação das províncias e o reconhecimento do seu poder por parte do Imperador, Tokugawa Ieyasu deu vida novamente às tentativas de frear o avanço do Cristianismo pelo arquipélago. Neste contexto, primeira década do século XVII, retificou o édito de proibição da Fé Cristã por todo o território, reafirmando as tradições religiosas japonesas e oficializando o Confucionismo como doutrina oficial do *Bakufu* (BELLAH, 1957: 30-42). Nesta altura, a presença holandesa nos portos de Hirado, Nagasaki e Deshima havia iniciado, impulsionada especialmente pelo navegador britânico William Adams⁷, que, após naufragar próximo ao Japão, foi acolhido pelo *Shogun*, tornando-se o braço direito governo Tokugawa em questões militares e na produção de equipamentos bélicos, desde armas de fogo até navios.

A influência de Adams, somada à reativação do édito de proibição do Cristianismo, viria a selar o início do fim dos contatos luso-nipônicos, que a partir deste período tomaria

⁷ William Adams (1564-1620), nascido em Gillingham, na Inglaterra, foi, segundo a historiografia, o primeiro britânico a chegar ao Japão, estando a serviço da VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*), ou Companhia das Índias Orientais Holandesa.

uma postura violenta de supressão, expulsando padres jesuítas, exigindo a renúncia à Fé Cristã por parte dos seus praticantes e, por fim, matando aqueles que negassem a apostasia.

O estudo do historiador Valdemar Coutinho, intitulado “O Fim da Presença Portuguesa no Japão”, de 1999, traz em detalhes a descrição de padres jesuítas, especialmente, quanto ao martírio de cristãos no Japão da primeira metade do século XVII. Segundo Coutinho, a crescente influência de William Adams junto ao *Shogun* corroborou para o enfraquecimento dos laços entre portugueses e japoneses. O comércio holandês em Hirado, por exemplo, vinha se intensificando, especialmente pelo fato de a presença holandesa no arquipélago ser destituída de pretensões religiosas (COUTINHO, 1999: 108-122).

A partir de 1614, com a intensificação do comércio entre holandeses e japoneses e o banimento oficial da presença dos jesuítas, os contatos luso-nipônicos foram gradualmente enfraquecendo no âmbito comercial, o que levou, a seguir, o *Bakufu* a um rígido controle quanto à entrada de estrangeiros no arquipélago por seus principais portos, no objetivo de frear a entrada de missionários jesuítas ou de recursos que sustentassem padres instalados clandestinamente no Japão. Tal postura abalou sobremaneira a confiança nipônica nos mercadores lusos, uma vez que em diversas ocasiões padres e seus colaboradores foram feitos prisioneiros por descumprir o édito. O impedimento da entrada de padres no arquipélago somado à caça aos cristãos levaria o *Bakufu* Tokugawa a promulgar em 1639 um novo édito, proibindo não apenas a presença de padres jesuítas, mas de portugueses de forma geral.

Segundo o édito de 1639, toda embarcação portuguesa que chegasse ao Japão seria queimada, sendo a sua tripulação aprisionada e levada para receber a devida punição. Tal medida, traumática para ambos os lados deste evento, foi certamente levada a cabo com seriedade por conta da presença holandesa no Japão, que aparecia como uma alternativa quanto à manutenção do comércio e aquisição de produtos estrangeiros. Até o momento, 1639, as perseguições e execuções de cristãos haviam aprisionado e executado um grande número de portugueses e, especialmente, de cristãos japoneses, no objetivo de retificar a postura do *Bakufu* quanto à Fé Cristã, que era tida como uma ameaça ideológica à supremacia e hierarquia do modelo político-militar do Japão (COUTINHO, 1999: 144).

Em 1640, desobedecendo o édito de 1639, uma embaixada portuguesa foi enviada ao Japão, com o objetivo de restabelecer os contatos luso-nipônicos. A embaixada, constituída por 74 homens, foi aprisionada ao momento de sua chegada, sendo seus membros feitos

prisioneiros e levado a julgamento frente ao *Shogun*. Rapidamente, segundo Coutinho, a sentença final foi dada quanto ao destino dos 74 representantes de Portugal: a decapitação. De toda a embaixada, treze dos seus membros foram poupados, a fim de que levassem à Europa o conhecimento de que os portugueses não eram mais bem vindos em solo japonês (COUTINHO, 1999: 150-156).

Os eventos de 1640 encerraram os contatos luso-nipônicos definitivamente, marcando o fim da terceira “fase” do Cristianismo no Japão. Com a proibição da presença dos portugueses e a proibição de culto cristão em solo japonês, os ensinamentos dos primeiros jesuítas, fundadores da missão japonesa, foram caindo no esquecimento em diversas regiões, compondo, em outros locais, um novo tipo de Cristianismo, filho do sincretismo desta crença com as práticas religiosas tradicionais do Japão: o *Kakure Kirishitan*, literalmente “Cristianismo Escondido”, configurando uma prática cristã voltada ao culto dos antepassados, tidos como mártires ao longo dos traumáticos eventos da primeira metade do século XVII. Este *Kakure Kirishitan*, como aponta o historiador Stephen Turnbull, caracterizou-se pelo culto escondido das divindades cristãs e dos mártires japoneses, mostrando-se como uma adaptação dos seus praticantes frente à conjuntura imposta pelo *Bakufu* Tokugawa, que reiterou periodicamente, até meados do século XIX, os éditos de proibição.

O encerramento dos contatos luso-nipônicos afetou o Japão por coloca-lo, gradualmente, no chamado Isolacionismo Tokugawa, período que iria de 1640 a 1852, com a chegada dos norte-americanos ao arquipélago, forçando a abertura de seus portos. O termo “isolacionismo” representa relativamente a conjuntura vivida pelo Japão da Era Tokugawa, uma vez os holandeses continuaram a comercializar com o Japão ao longo deste período, ainda que restritos aos portos de Deshima e Nagasaki, apenas, sendo que estavam estritamente proibidos de levar qualquer tipo de produto ou conhecimento relativo ao Cristianismo.

Por fim, conclui-se que os contatos luso-nipônicos, bem como o choque entre o Cristianismo e a estrutura política e social japonesa se deu por razões profundas, cuja compreensão só é possível através da análise apurada e comparativa de fontes portuguesas e japonesas, além de holandesas, em menor escala. Os objetivos da Companhia de Jesus prosperaram num primeiro momento, nitidamente, por conta do contexto em que seus representantes estavam inseridos. As práticas da “Igreja Militante”, entretanto, foram responsáveis por grande parte das desavenças entre os povos em questão, por apresentarem o

Cristianismo como uma religião exclusivista a um povo de práticas sincréticas, que, desde os séculos VI e VII, praticavam no cotidiano o *Shinto* aliado ao Budismo e, mais tarde, o Confucionismo. Muitos dos preceitos católicos, em especial o Primeiro Mandamento, foram severamente questionados por estudiosos japoneses como Fabian Fukun, que tornou-se um dos principais nomes da incompatibilidade religiosa entre o Cristianismo e os japoneses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARY, Theodore de; GLUCK, Carol; TIEDEMANN, Arthur E. **Sources of Japanese Tradition, Volume 2**. New York, Columbia University Press, 2006.
- BELLAH, Robert. **Tokugawa Religion**. Nova Iorque, Free Press, 1957.
- BOXER, Charles Ralph. **O Império Colonial Português (1414-1825)**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- COSTA, João Paulo A. Oliveira e. **A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses**. Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988.
- COUTINHO, Valdemar. **O Fim da Presença Portuguesa no Japão**. Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- DINIZ, Sofia. **Jesuit Building in China and Japan: A Comparative Study**. In.: **Bulletin of Portuguese/Japanese Studies**. <http://redalyc.uaemex.mx>, 2001.
- HALL, John Whitney. **The Cambridge History of Japan Volume 4**. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1999.
- MORTON, W. Scott. **Japan Its History and Culture**. Nova Iorque, McGraw-Hill, 1994.
- RIBEIRO, Madalena Teotónio Pereira Ribeiro. **A Nobreza Cristã de Kyûshû. Redes de Parentesco e Acção Jesuítica**. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português 1500-1700**. Lisboa, Difel, 1995.
- TSUNODA, Ryusaku. BARY, Theodore de. KEENE, Donald. **Sources of Japanese Tradition, Volume 1**. Nova Iorque, Columbia University Press, 1958.
- TURNBULL, Stephen. **The Kakure Kirishitan of Japan**. Tokyo, Japan Library, 1998.